



**Disputas religiosas em Santa Maria – RS na década de 1930:
Fernando do Ó e a ‘resistência liberal’**

Renan Santos Mattos*
Beatriz Teixeira Weber**

Resumo: O presente trabalho apresenta temas paralelos de nossa pesquisa de mestrado acerca da trajetória de Fernando Souza do Ó, importante liderança espírita na cidade de Santa Maria. Logo, almejamos discutir a organização do Movimento Pró-Liberdade Religiosa que atuou na cidade no contexto de 1930 a 1934, permitindo evidenciar tanto as tensões religiosas vivenciadas na cidade de Santa Maria quanto a posturas políticas assumidas por esta liderança.

Palavras Chaves: Disputas Religiosas. Santa Maria. Movimento Pró-Liberdade Religiosa.

Abstract: This paper presents parallel themes of our masters research about the path of Fernando Souza do Ó, an important spirit leadership in the city of Santa Maria. Therefore, we aim to discuss the organization of the Religious Freedom Movement that occurred in the city in the context from 1930 to 1934, making it possible to experience religious tensions in the city of Santa Maria and political postures assumed by this leadership.

Key Words: Religious Dispute. Santa Maria. Religious Freedom Movement.

A pesquisa de mestrado em torno do movimento espírita na cidade de Santa Maria no período em que se convencionou chamar de Era Vargas revela-se instigante. A discussão em torno das disputas de poder se torna uma prerrogativa logo ao abordarmos o processo histórico de desenvolvimento do espiritismo nessa cidade, bem como sua estruturação enquanto movimento organizado¹. Assim, a opção em torno da trajetória de Fernando Souza

* Mestrando do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista FAPERS. E-mail: renansnatos@gmail.com

** Doutora em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e pós-doutorado em História das Ciências da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ (2005). E-mail: beatriztweber@gmail.com

¹ Entendemos como grupo organizado em torno da doutrina codificada por Alan Kardec.



do Ó funde-se como uma forma de dar conta dessa perspectiva em que as escolhas individuais, os projetos e lutas permitem a observação de processos, relações no fluxo temporal, almejando evidenciar o sujeito na sua historicidade, a sua compreensão de si e do mundo, possibilitando a inferência do movimento em sua dimensão holística, isto é, permite trazer à tona o conjunto de práticas e ideias presentes no seu interior.

Diante dessas questões, o presente trabalho apresenta temas paralelos de nosso projeto maior. Logo, almejamos discutir a organização do Movimento Pró-Liberdade Religiosa que atuou na cidade. Para evidenciarmos tal situação de tensão, analisaremos os debates historiográficos relacionados à identidade católica na cidade, passando pela análise da trajetória política de Fernando do Ó enquanto representante de tal grupo social.

Uma cidade católica – Santa Maria e a diversidade Religiosa.

A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Nasceu sob o signo das missões jesuíticas e, na virada do século XIX para o século XX, foi considerada descrente pelo clero católico devido à presença de outras confissões religiosas na cidade. (BORIN, 2010). Por outro lado, sua origem luso-brasileira denota a religiosidade presente desde suas origens. Com efeito, junto ao acampamento militar de demarcação de fronteiras, em 1797, fora construída uma pequena capela ligada a Paróquia de Cachoeira do Sul, a qual veio a se tornar a igreja matriz da cidade em 1837. Nessa lógica, Vitor Biasoli confirma tal pressuposto citando Belém, que afirma que se deve “atribuir o desenvolvimento do povoado nascente ao prestígio da religião católica”. (BIASOLI, 2010, p.121)

Ao longo de nosso levantamento bibliográfico, constatamos que tal problemática inicial: “de cidade descrente a cidade de peregrinação” norteou a produção acadêmica recente. Apesar dos recortes distintos e suas próprias opções teórico-metodológicas Vitor Biasoli (2010), Marta Borin (2010) e Alexandre Karsburg (2007), em nossa leitura, indicam o jogo de tensões, interesses, e uma pluralidade de agentes falando sobre si, sobre seu mundo e defendendo suas concepções.

Esse jogo de interesses e temporalidades remete-nos a algumas delimitações: o processo de restauração católica e afirmação do catolicismo em Santa Maria, dialogando com suas exclusões, “disciplinarizações” e interditos. Esses elementos são contemporâneas da



formação de um espírito moderno e anticlerical. São alguns momentos tensos que revelam a pluralidade e dinâmica própria da sociedade santa-mariense. Parafraseando Belém, entendemos a disputa como os elementos norteadores do desenvolvimento da cidade, espaço esse o teatro de operacionalização das crenças, sentimentos e ações dos diferentes agentes.

Nesse raciocínio, o final do século, entre 1880 a 1885, representou um novo estágio para a realidade social de Santa Maria da Boca do Monte. Os trilhos inseriram-se na paisagem urbana. A partir de 1898, a cidade passou a ser o ponto de cruzamento das diversas regiões do estado. Conforme Borin, tal modernização permitiu “a população da cidade deslocar-se até a Província do Rio de Janeiro e a outras localidades, inclusive da região platina”, promovendo a dinamização e circulação de mercadorias, repercutindo sobre o trânsito e a pluralização de agentes sociais. Para comprovar tal inferência, Marta Borin aponta o surgimento de uma cultura letrada na cidade, dessa maneira, até 1928 surgiram aproximadamente quarenta e oito jornais em Santa Maria, alguns com cunho político, outros críticos literários, confessionais e humorísticos. As divergências de ideias, de ideologias e de posicionamentos políticos eram veiculadas nos jornais, pois “a imprensa representava o saber da cidade, era código de civilidade”. (BORIN, 2010, p.72)

Assim, Borin conclui:

O trem permitiu a Santa Maria romper suas fronteiras geográficas; ao mesmo tempo em que a cidade tornava-se movimentada pelo fato dos trens trazerem muitas pessoas que pernoitavam na cidade, não só passageiros como companhias de teatro e de dança que se apresentavam no teatrinho do Clube Caixeiral e no Teatro Treze de Maio, inaugurado em 1890; como também políticos que chegavam à cidade vindos, por exemplo, da região Platina. (2010, p.75)

E é sobre esse argumento modernidade versus tradição que entendemos as tensões que sacudiram a conquista espacial-religiosa em Santa Maria no final do século XIX até meados do século XX. Contexto em que se assistiu a uma série de eventos, polêmicas e disputas envolvendo o clero católico, e permitiram a construção da noção de cidade descrente por parte do clero católico.

Como cerne desses juízos, constam três episódios emblemáticos: o primeiro refere-se ao desacato e agressão ao Padre José Marcelino de Souza Bittencourt. Sobre esse episódio,



Biasoli argumenta que tal postura frente ao membro do clero teria sido motivada pelo envolvimento político do padre.

O segundo momento corresponde às disputas entre a Câmara Municipal de Vereadores e os poderes centrais em Porto Alegre – bispado e governo provincial – relacionadas à demolição da arruinada igreja matriz da cidade. Durante quatro anos (1884 a 1888), os grupos discutiram sobre as necessidades da derrubada da matriz e a quem caberia à decisão final sobre tal procedimento. E, por fim, a intimação e expulsão do vigário Carlos Becker, em novembro de 1895. Esse acontecimento respaldou a noção de que os habitantes eram hostis à religião. Segundo tal versão, os responsáveis pelo atentado ao vigário foram a “elite política e intelectual”, já que eram adeptos das ideias liberais. Dessa maneira, o clero inferiu que a “população santa-mariense” empreendeu uma resistência à reforma religiosa liderada pelo bispo Dom Cláudio Ponce de Leão.

Tais episódios reforçam um clima anticlerical e plural da Santa Maria da Boca do Monte. E coincidem com outro aspecto importante: a disseminação de uma cultura letrada, de viés liberal, congregando protestantes e maçons. Segundo Vésccio, a maçonaria corresponderia ao “canal privilegiado” pelo qual se propagariam as idéias liberais e iluministas. Em consonância com esse espírito da época, a maçonaria iniciou seus trabalhos em Santa Maria em 1874.

Tais relações sociais ainda, segundo Vésccio (2001), representam as manobras políticas arranjadas entre o PRR e a maçonaria, através de intercessões do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), com o objetivo de Júlio de Castilhos limitar a influência de Silveira Martins, forte adversário e liderança entre os liberais com amplo prestígio político no Rio de Janeiro (VÉSCIO, 2001, p. 123). Assim, estabeleceu-se uma intrincada rede de clientelismo que ligou, ao longo de vários anos, o PRR à maçonaria, possibilitando aos maçons prestígio e ascensão nos diversos aspectos no âmbito da estrutura burocrática do estado. Tal característica incluía nomeações de cargos e libertações de detentos até meros pedidos de recepção ou ajuda pessoal (VÉSCIO, 2001, p. 123-175).

Diante desse quadro, ainda é importante mencionar, segundo Borin (2010), a cidade possuía uma capela católica em ruínas, uma Igreja protestante, membros da Igreja anglicana que se reuniam em salas alugadas e membros da Igreja metodista que ainda não tinham seu



templo. A conclusão da nova Igreja católica de Santa Maria se dará somente em 1909, passando à condição de catedral em 1910, quando se torna sede da Diocese; a igreja anglicana foi inaugurada em 1906 e o templo metodista em 1922.

Os eventos acima mencionados revelam o pano de fundo de um debate interessante acerca da construção identitária de Santa Maria enquanto cidade católica. Tanto Vécio, Biasoli, Borin quanto Karsburg evidenciam as disputas envolvendo o clero e o pensamento liberal e maçônico, e o processo de desmantelamento a partir do qual Vécio vai denominar de modernização Palotina.

Apesar das problematizações incitadas por Karsburg, entendemos tal qual Biasoli (2010), que o quadro de adversidades vai alterar-se a partir da década de 1870, quando se inicia a reforma católica concebida a partir das resoluções presentes no Concílio Vaticano I (1869-1870), que indicavam perspectivas tanto de orientação teológica e política, denominadas como ultramontanismo.

Dessa forma, a partir de uma série de mudanças orientadas pelo grupo, é possível perceber outro contexto da Igreja Católica. Ou seja, bem mais favorável do que o vivenciado no período anterior, de forma a projetar uma posição hegemônica no campo religioso. Segundo Biasoli (2010):

No final da década de 1910, Santa Maria era uma cidadela católica, pronta para o regozijo do vigário, do bispo e do papa. Igreja clericalizada, com templo apropriado e várias capelas, contando com colégios para formar uma elite, e com obras assistenciais que firmavam os valores cristãos no seio da sociedade. A resistência liberal e maçônica estava enfraquecida e as demais igrejas (Luterana, Metodista e Anglicana) instalavam-se sem ameaçar o predomínio e a abrangência social do catolicismo. (BIASOLI, 2010, p. 188.)

Não obstante, é importante refletir acerca do processo de ruptura Igreja Católica – Estado que se sucedeu com o advento da república. Nesse sentido, tal mudança, num contexto em que o Brasil vivia uma crise, tanto econômica quanto social e política, provocou transformações em diversas instituições. A religião, neste caso, sob a representação católica, historicamente associada ao Estado, viu seu monopólio ameaçado, sentindo-se traída diante do rompimento com o estado brasileiro, findando com o regime de padroado.



Logo, é oportuno ler que tal separação insere-se em investidas modernizantes do Estado Republicano. Nesse sentido, como escreve Flamarion Laba da Costa: “Pretendeu-se que a liberdade individual fosse priorizada, que esses grupos teriam no Estado a sua máxima “entidade protetora”. O Estado deveria ser impregnado do espírito liberal, garantindo leis e normas que assegurassem de todas as formas as liberdades dos seus habitantes, criando uma sociedade laica” (2001, p.62).

Diante desse quadro, uma série de medidas foram adotadas pelas autoridades da hierarquia católica na intenção de aproximar-se do Estado e estabelecer uma aliança com o poder constituído, tais ações podem ser entendidas como formas de manutenção de sua presença e influência junto ao poder, garantindo posições vantajosas perante a sociedade brasileira e o campo religioso.

Sobre as estratégias tomadas, Flamarion Costa esclarece:

A vantagem estava assegurada em dois campos: Primeiro, o de atração da classe política que via na influência da Igreja católica uma forma de aumentar prestígio e poder perante a sociedade;

O segundo, a vantagem para a própria Igreja, que, ao apresentar-se como uma religião íntima do poder político, aumentava sua credibilidade perante a sociedade e assim, de forma mais efetiva, poderia enfrentar e se opor à crescente presença e avanço de outras instituições religiosas. Para atingir esses objetivos, passa a aceitar e não mais tratar como ilegítima a República, buscando a partir desta posição, a aproximação. (2001, p.68)

Diante do processo de “pluralização” do campo religioso, portanto, percebe-se o engajamento por parte dos padres católicos no sentido de legitimar a instituição Igreja Católica enquanto norteadora da população. Nesse sentido, embrenham-se num projeto de construção de uma identidade nacional, o que justifica o processo de reificação do outro, ao estabelecer fronteiras, e define os inimigos a serem combatidos nos campos político e religioso. No primeiro, os comunistas e os socialistas e, no segundo, os protestantes e os espíritas, entendendo-os como frutos do liberalismo.

Flamarion Costa (2001) destaca ainda que a hierarquia da Igreja católica empreendeu, a partir da década de 20 do século XX, um conjunto de ações, denominada de Renascimento Católico ou de Restauração Católica, que tinham por objetivo a expansão do número de participantes das instituições católicas. Dessa maneira, os bispos arregimentaram um grande número de grupos religiosos por meio de rede de escolas, paróquias com suas associações, a



imprensa católica e leiga. Entre os movimentos destacaram-se as Congregações Marianas, a Ação Católica, acrescentando-se a Liga Eleitoral Católica.

Tal associação entre o poder político e o eclesiástico coincidia com um projeto comum: o controle político e religioso da população. No caso da Igreja, o envolvimento com as causas que interessavam ao Estado, como o combate ao comunismo, ao anarquismo, pregando o respeito às autoridades, representaram estratégias de aliança com o poder político. Ao mesmo tempo em que se buscou, de forma apologética, consolidar uma posição pública do catolicismo, isto é, enquanto instituição responsável por esclarecer sobre os perigos que rondavam a sociedade brasileira.

Marta Borin (2010) situa a restauração católica em Santa Maria dentro desse contexto nacional. Nesse sentido, atribui a propagação da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, a partir da década de 1930, e sua eleição como padroeira do Estado, enquanto força simbólica para a legitimação do catolicismo na cidade. E, partindo dos conceitos de capital de bens de salvação elaborados por Bourdieu, afirma que o incentivo e o triunfo desta devoção mariana e sua promoção à padroeira do Rio Grande do Sul situam-se no plano das estratégias do clero a favor da legitimação da identidade católica no Estado e seu viés político. Assim, a Igreja católica em Santa Maria delineava seu plano de conquista de fiéis e para o seu reconhecimento como preponderante no espaço da cidade.

Citamos a relação que Borin estabelece entre fé e política nos seguintes termos:

Assim, para reforçar o processo de Restauração Católica em Santa Maria, em 1930, a devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças foi uma nova possibilidade de legitimação da presença do catolicismo na cidade. Essa devoção mariana contribuiu para agregar valor simbólico, reforçar, dar respaldo e continuidade às iniciativas do padre Pagliuca e do episcopado de Dom Antônio Reis. (Idem, p. 296)

Difundida nos meios operários, adquirindo importante significado para a diocese e para a população de Santa Maria, a devoção de nossa Senhora Medianeira demarcou um novo significado para a população católica e cumpriu os objetivos da Congregação Católica no que se refere à conquista de fiéis e ao reconhecimento de sua preponderância no espaço da cidade. Borin assim conclui:

[...] tal devoção esteve sempre sob o controle da hierarquia da diocese de Santa Maria e tinha um objetivo maior: legitimar o catolicismo como religião



predominante na cidade e no Estado, conquistar e cristianizar a classe operária do Brasil e combater as ideias comunistas, principalmente entre os operários. Estes é que dariam o cunho popular à devoção pois, quando a piedade popular, no caso da devoção a Medianeira, ficava sob a tutela da Igreja, não era mais julgada como “excessivamente sentimental, ignorante e mágica”, mas necessária para afastar o povo devoto das ideologias contrárias ao catolicismo. (BORIN, 2010, p.290)

A atitude do clero local, portanto, seguia as orientações do projeto restauracionista, na medida em se esforçava por construir uma devoção “popular”, cujo processo de regeneração social e controle aproximavam-se dos interesses do Estado brasileiro a partir de 1930. De fato, o governo Vargas, como pode perceber no estudo de Artur César Isaia, correspondeu a uma nova aproximação entre a Igreja Católica e o Estado, tanto por propor uma moralização da nação quanto por resguardar as classes trabalhistas contra a influência das doutrinas comunistas e socialistas. Desse contexto, Borin escreve:

As iniciativas do clero santa-mariense contribuíram para que, nos anos de 1930, a Igreja conquistasse, também, o apoio do Estado Varguista, pois as instituições, Igreja e Estado tinham, naquele momento, interesses comuns: a *sacralização da sociedade* para manter os operários sob o controle do Estado. Assim, o clero de Santa Maria ia ao encontro da ideia motriz da Igreja católica a partir da Revolução de 1930: conquistar a *res publica como christiana*, na qual a obediência ao Estado e à hierarquia católica, aliadas à fé cristã, fossem objeto central da vida política e social. Isso ficou claro quando foram usadas as Encíclicas papais como documentos norteadores da administração pública, junto ao Ministério do Trabalho e dos Círculos Operários. (BORIN, 2010, p. 296)

Por outro lado, a resistência liberal manteve sua atuação incisiva diante das pretensões católicas de aproximações com o regime político varguista. E tal disputa conjugou diferentes estratégias na tentativa contenção das pretensões católicas de mobilização da sociedade. Marta Borin (2010) infere que, apesar do fortalecimento da presença do catolicismo, a polarização permanecia, e indica possibilidades de análise. Nesse sentido, as configurações sociais entre católicos e as demais confissões religiosas da cidade incitam problematizações.

A partir do exposto, temos uma Santa Maria em tensão e distensão entre agentes, sendo a pluralidade e a dinâmica características perceptíveis, e buscamos entender esse jogo de investidas e “contra-investidas”, e de como certos agentes foram silenciados e outros passaram a ser cada vez mais atuantes.



Com esse breve panorama, o que se pretende fazer aqui é analisar a figura de Fernando Souza do Ó e sua atuação incisiva enquanto agente espírita, resignificando elementos do pensamento liberal, tais como: liberdade religiosa, livre consciência e ensino laico, e como ele se insere nas disputas do campo religioso.

Fernando do Ó e o cenário de disputa – O agente da resistência liberal

Fernando Souza do Ó nasceu em 30 de maio de 1895 na cidade de Campina Grande no estado da Paraíba. Com 15 anos ingressou como voluntário na Companhia de Caçadores no estado do Mato Grosso. Suas escolhas que o colocaram em situação migratória, chegando a Santa Maria na graduação de 3º Sargento em 1913, alcançando o oficialato em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, durante a Segunda Guerra, sendo licenciado após seu término no posto de capitão. Posteriormente, estabeleceu-se em Santa Maria, onde passou a atuar como advogado, graduando-se em 1932 na cidade de Pelotas.

Em 1915, casou-se com Maria Altina Pereira, com quem teve 11 filhos. Questões familiares e a prática de cura o colocaram em contato com o moderno-espiritualismo. De acordo com a biografia organizada e escrita por Fernando Corrêa, seu neto, a doença de seu filho Francisco, quanto contava 5 anos, representou sua inserção ao espiritismo, o que é narrado nos seguintes termos:

Os médicos indicavam a necessidade de amputação da perna do menino. No desespero da dor, Fernando do Ó, a conselho de um amigo, mandou buscar no Rio de Janeiro, uma receita espírita. Como resposta, veio não só a receita como também os remédios que chegaram quebrados. Fernando do Ó insistiu e escreveu, novamente, recebendo como resposta que os medicamentos tinham sido quebrados pelo espírito obsessor do menino, cujo desejo era que o mesmo perdesse a perna. Dessa vez, os medicamentos chegaram e o menino foi curado. (CORRÊA, 2004, p.23).

A explicação acima, elaborada em uma biografia do grupo familiar e religioso, ganha significados importantes, como uma espécie de mito fundador. Indica o processo de iniciação de Fernando do Ó em relação à doutrina espírita.

Autodidata, Fernando do Ó empreendeu um estudo sistematizado da doutrina elaborada por Allan Kardec, atuando incisivamente na cidade de Santa Maria. Denominando-se como “propagandista”, participou na fundação de diversas instituições espíritas, juntamente



com Otacílio Aguiar, tais como, em 1929, da Sociedade Espírita União Luz e Caridade, em 1940 da Sociedade Espírita Discípulos de Jesus, em 1949 da Sociedade Espírita Oscar José Pithan.

Realizou uma produção de sete romances espíritas no período de 1930 a 1960: *A dor do meu destino*, *E as vozes falaram Almas que voltam*, *Marta*, *Apenas uma sombra de mulher*, *Alguém chorou por mim* e *Uma luz no meu caminho*. Esses romances foram editados pela Federação Espírita, o que coloca esses romances em consonância com os pressupostos preconizados pela mesma.

Como jornalista, Fernando Souza do Ó colaborou com diversos jornais do Rio Grande do Sul e de outros Estados, além da atuação permanente na imprensa espírita. Em nosso trabalho, optamos pela colaboração junto ao periódico *Diário do Interior* no contexto de 1930 a 1939. Envolvendo-se nos assuntos da cidade, incisivamente discutiu as questões de seu tempo, permeando pressupostos ligados a doutrina espírita e a sua formação acadêmica. Como voz dissonante, trazia afirmações dotadas de “performance” e polêmica, teatralidade e sarcasmo. Debateu política, ensino laico, direito, sociologia, literatura. Escreveu sobre Hitler, o medo comunista, os dramas existenciais. E, obviamente, sobre espiritismo.

Nessas rápidas considerações biográficas, pretendemos inseri-lo no âmbito da resistência liberal que agia na cidade diante das pretensões católicas de aproximações com o regime político varguista. Marta Borin (2010) afirma que, apesar do fortalecimento da presença do catolicismo, a polarização com outros grupos religiosos permanecia. Nesse sentido, buscamos entender esse jogo de investidas e “contra-investidas”, e de como certos agentes foram silenciados e outros passaram a ser cada vez mais atuantes.

Como já mencionado, as aproximações entre clero e política contaria com apoio e organização de uma intelectualidade. Nesses termos, a conquista de espaço assinalado no pós-30 corresponde à conjuntura em que a “opção da igreja priorizando a aliança com o estado como fator de cristianização fazia com que os detentores de poder fossem alvos almejados na busca de sensibilização e conversão (ISAIA, 1998, p,113). A educação será o espaço onde a igreja concentrará todos seus esforços a fim de aglutinar um grupo em torno de suas lutas. É sob essa lógica que as questões religiosas a partir dos anos de 1920 ganham uma dimensão interessante. Sob essa égide, uma geração de leigos assume com vigor a causa da igreja.



Surgia, portanto, o laicato católico com o intuito de defender e divulgar os princípios do catolicismo entre os diversos grupos sociais do Brasil existentes no Brasil. (ISAIA, 1998)

A década de 1920 acaba sendo o ápice da emergência de grupos e instituições gerenciadas pelo laicato católico, com o objetivo de auxiliar na ação político-religiosa da Igreja rumo à sua “restauração” no seio da sociedade brasileira. Assim, surgia no Rio de Janeiro, o *Centro Dom Vital*, a revista *A Ordem* e na década de trinta a *Liga Eleitoral Católica* e a *Confederação Católica Brasileira de Educação* (CCBE). Essas instituições tinham o objetivo de combater os anticlericais e de divulgar aos brasileiros as ideias advindas dos documentos dos clero.

Sobre esse contexto temos uma produção vasta. Destacamos as reflexões de Sérgio Miceli (2001) que revela as ações da Igreja Católica no intuito de ampliar sua influência na sociedade, particularmente através da “criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos”. Segundo esse autor, “a amplitude desse projeto resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos”. (MICELI, 2001, p.127)

Miceli (1988) elucida, portanto, as relações estabelecidas entre religião e o campo intelectual. E enfatiza a importância do aparato institucional, exemplificado na ação da revista “A Ordem”, do Centro Dom Vital, da revista “Festa”, do Instituto Católico de Estudos Superiores, da Editora Agir, quadros esses que se somariam mais tarde (por volta de 1935) ao movimento da Ação Católica no âmbito de conquistas de causas religiosas por parte da igreja.

Dessas palavras, podemos inferir a tensão vivenciada nos anos que sucederam a década de 1920 e tiveram seu apogeu durante o pós-30. As relações entre estado e religião, público e privado, evidenciam tentativas de negociação e debates levados a cabo por diferentes agentes, e revelam a ebulição da busca por certas definições. Possibilitam refletir como os agentes entendiam certos conceitos como cidadania, laicismo, religião e estado. Sumariamente, o que vamos discutir é a tomada de decisão de certos agentes. É no âmbito dessas questões peculiares que constatamos a inserção de Fernando do Ó no conjunto de disputas sumariamente expostas.



Detectamos a atuação de Fernando do Ó em finais dos anos de 1930. Em meio à percepção dessas ambições políticas por parte do clero, os demais grupos religiosos de Santa Maria organizaram reuniões e manifestações visando conter as ambições do clero. Agregando membros da maçonaria, das igrejas metodista, luterana e algumas lideranças espíritas de dupla pertença, emergiu assim a Liga Pró-Estado Leigo em Santa Maria.

Já em 29 de dezembro de 1930, a Liga Pró-liberdade Religiosa sacudiria o cenário. Fernando do Ó engajou-se no evento organizado pela Loja Maçônica Luz e Trabalho com o intuito de discutir a liberdade religiosa. Dessa maneira, o jornal *Diário do Interior* trouxe, em matéria do dia 30 de dezembro, notícia que a loja maçônica Luz e Trabalho faria uma reunião em praça pública para abordar o tema da liberdade religiosa em “protesto contra a pretendida oficialização da Igreja católica romana” (DIÁRIO DO INTERIOR, 1930, p.3)². A manifestação maçônica ocorreu na praça central, Saldanha Marinho, em frente à Loja Luz e Trabalho. Conforme o jornal, a ocasião reuniu uma multidão “inclusive católicos que procuraram interromper os oradores”. Participaram do evento lideranças religiosas e intelectuais como o reverendo anglicano José B. Leão, pároco da Catedral do Mediador, os professores Cícero Barreto e o Tenente Fernando do Ó, ambos da Loja Luz e Trabalho; Diógenes Cony e Octacílio Aguiar. A notícia ainda informa que “elementos jogaram alguns ovos sobre a assistência” (DIÁRIO DO INTERIOR, 1930, p.3)

“*Ele e o ovos*³” é a repercussão do evento. O texto elaborado por Otacílio Aguiar circulou na cidade em 30 de dezembro de 1930 e corresponde a interpretações do evento e a percepção da tensão vivenciada no campo religioso. E Otacílio o descreveu da seguinte forma:

Hontem á noite, quando a Liga Liberal pró-Liberdade Religiosa, realisava uma assembléa para tratar de uma reacção eficaz contra as pretenções absurdas do Clero Romano, o templo da Loja Maçônica “Luz e Trabalho” não comportou a massa popular que alli affluuiu, e ainda pelo excessivo calor que então fazia foi o povo convidado para a rua, e os oradores começaram a fallar da janella daquelle templo. (AGUIAR, 1930)

Em seu conteúdo, Otacílio, ao mesmo tempo em que enaltece a presença maciça da população como forma de legitimação do apoio popular, estabelece uma definição de

² Optou-se por manter a grafia original das fontes.

³ O presente Manifesto trata-se de um Panfleto que se encontra disponível no Acervo Documental da Aliança Espírita Santa-mariense.



fronteiras, instituindo os seus algozes, simbolizados pelos “*Elles e o Ovos*”, e em sua descrição destaca tanto a sensação de pânico – evidenciando inclusive o temor de uma possível agressão física dos possíveis responsáveis da manifestação opositora, como podemos perceber a seguir:

Em dado momento notamos que da janella lateral do Club Commercial, começaram a jogar ovos podres e agua em copos, nas pessoas que estavam por dentro do gradil da loja da Maçonaria. Aos protestos dos offendidos juntou-se a indignação dos demais, e rapido, como sempre acontece nessas occasiões, foi resolvido invadir o Club Commercial, e assim o fizemos. Já na porta daquelle edificio, tivemos a feliz ideia de convidar o povo, para aguardar em baixo, enquanto um grupo de meia dúzia de pessoas, subiria e faria um enérgico protesto, na altura da offensa recebida, e que, si a nossa integridade phisica alli corresse perigo, daríamos com um tiro de resolver, signal de alarme, para invasão do recinto do Club Commercial. Tal, felizmente, não foi preciso, porque aos nossos protestos em altas vozes acudiram os associados que estavam nas diversas dependências do Club, e attendendo-nos com urbanidade, abriram rigorosa syndicancia, da qual ficou apurado, que os jogadores de ovos fôra o casal sexagenário Sr. Leonel Verissimo da Fonseca e sua Exma. esposa dona Amabilia de tal, que ao sentirem a reacção que se organisava na rua, escaparam-se pelo elevador do Club (AGUIAR, 1930)

Apesar do tom de indignação e de reprovação, Otacilio tangencia explicações mais profundas da manifestação de seus opositores. Assim, conclui que:

“Pelo exposto somos forçados a acreditar, que o facto reprovável levado a effeito pelo velho casal, seja a resultante duma dupla involução senil, pois como de todos é sabido, aquelle casal tem perdido ultimamente dois filhos moços, pelos quaes ainda traja pesado lucto.” (AGUIAR, 1930)

Por outro lado, mostra-se importante inserir que tal evento relaciona-se as manifestações em curso em favor do Estado leigo e da liberdade de consciência inauguradas em meados da década de 1920. O movimento levou a organização de comitês e ligas em diversas cidades do Estado e do país, sendo criada em 1931, no Rio de Janeiro, a Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, que buscava centralizar as demais organizações estaduais.

Tal movimento foi liderado pelos maçons Carlos Frederico de Mesquita e Átila Salvaterra, o metodista Frank Long, os espíritas Egydio Hervé e Paulo Hecker. Se, num momento anterior os católicos tiveram suas proposições derrotadas, porque suas emendas não foram aprovadas, o pós-movimento de 1932 trouxe novos arranjos e alianças políticas. Assim, movimento em torno da liberdade religiosa retomou suas reivindicações a partir das agregações entre as minorias religiosas.



A Liga Pró-Estado Leigo teve peculiaridades próprias no Rio Grande do Sul, embora um movimento nacional. O grupo trouxe suas causas no Congresso realizado nos dias 6,7 e 8 de janeiro de 1932, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. E, “por sugestão do acadêmico Ernesto Barbosa, a Liga lançou chapa própria para as eleições constituintes e apoio a todos aqueles candidatos que se opusessem as pretensões clericalistas” (MONTEIRO, 2008, p.133). A chapa da Liga constitui-se por Manuel Serafim Gomes de Freitas, Fernando de Souza do Ó, Eduardo Menna Barreto Jayme, Lucydio Ramos, Alcides Chagas Carvalho, Agnello Cavalcanti de Albuquerque, Ângelo Plastina, Almirante Américo Silvado, Almirante Arthur Thompson, Athalício Pittan.

A maioria dos candidatos indicados era da Frente Única (FUG). Nesse sentido, o Partido Libertador era a principal alternativa, pois o mesmo não assumiu as reivindicações da Liga Eleitoral Católica. Dessa maneira, os nomes de Alberto Pasqualini (PL), Euclides Minuano de Moura (PL), e João Gonçalves Vianna (PL) surgiam no cenário político. Além desses, do PRR recomendaram Joaquim Luiz Osório, que foi membro da Liga Pró Estado-Leigo, e o único do Partido Republicano Liberal foi João Simplício Alves de Carvalho, que também foi recomendado pela LEC. É nesse cenário em que religião e política apresentam sinais de conexões. Esses episódios assumem perspectivas visíveis ao tomarmos como referência o jornal *Diário do Interior*. Aqui analisaremos as propostas de Fernando do Ó e a atuação da Liga Eleitoral Católica no sentido de legitimar suas proposições de nação católica.

Nesse sentido, torna-se evidente o plano político durante a Era Vargas na cidade de Santa Maria quando Fernando Souza do Ó lança-se enquanto candidato a deputado da constituinte de 1934. Tais considerações permitem problematizar as relações entre política e religião, associadas ao profano e ao sagrado, dispare e dicotômicas, não devendo interagir por obedecerem a lógicas distintas. Por outro lado, como escreve Sinuê Miguel, “a prática social se encarrega de tencioná-los reciprocamente. Por vezes, disso resulta a emergência de conflitos internos ao campo da política e da religião”. (2010, p.87)

Diante disso, percebemos que a inserção política de Fernando permite refletir acerca do discurso de isenção política sustentado por parcela significativa dos espíritas, pormenorizando seus engajamentos conforme o contexto social-cultural em que vivia.



Tendo por referência as lutas empreendidas pelos agentes em seu espaço social, consideramos primordial a análise do mês de abril que antecedeu o pleito eleitoral para a constituinte de 1934. Os diferentes atores lançaram suas estratégias de ataque e defesa, almejando estabelecer alianças. Também traziam suas possibilidades, causas e temores. É nessa perspectiva que inferimos a notícia veiculada em 19 de abril de 1933, onde percebemos as expectativas e possibilidades enunciadas por Fernando do Ó e seu grupo de simpatizantes, como percebemos a seguir:

De viseira erguida, vem Fernando do Ó pugnar pelos libérrimos princípios que nos seguram quarenta annos de paz religiosa no Brasil. O seu manifesto ao Rio Grande do Sul, é a maior Garantia para aquelles que não desejam ver avassaladas as terras de Santa Cruz, pelas mais tremendas das epidemias – As guerras religiosas. Não temos cores políticas; não pertencemos a escola partidária de espécie alguma; não vimos combater governos ou religiões, ou guerrear partidos: Vimos tão só, publica e desassombradamente, procurar evitar a mais terrível hecatombe, que certo se desencadeará pelo Brasil, com seu fuereo cortejo de fogueiras, guilhotinas e forcas – INQUISIÇÃO! enfim se o clericalismo triunfar sobre as urnas. (CONY et al, 1933, p.3)⁴

Tal disputa é perceptível na conclusão do artigo, como percebemos:

Se uma religião triunfar pelo poder temporal , directa ou indirectamente será sempre em detrimento das outras. [...] Queremos a igreja livre no estado livre, o ensino laico, obrigatório e gratuito, queremos a paz e o progresso de nosso amado país. Queremos a liberdade de consciência. Não queremos consciências escravas de dogmas, preconceitos ou leis absurdas. Por isso, embora sem títulos nem brasões, e nem loiros que nos aureolem os nomes - escudados tão somente pela paz e pela concórdia da família religiosa dessa formosa pátria do Cruzeiro do Sul, nós vimos apresentar ao glorioso filho dos pampas, a candidatura de nosso Intellectual patricio DOUTOR FERNANDO DO Ó. (CONY; DANIEL; SILVA, DE ALMEIDA; DE ALMEIDA; BRENNER; ROLIM; POGGETI. 1933, p.1)

Logo, ao estabelecerem o clero como inimigo, argumentam seu engajamento político a partir de certas práticas históricas, aludindo à associação entre a religião dominante e os grupos políticos. Assim, no sentido de se evitar certos retornos, simbolizados por uma noção histórica de inquisição, concentram-se num discurso conciliador e de tolerância, e propõem a liberdade religiosa e o estado laico, prevista em constituição, como a forma de paz e progresso da nação. Temos aí uma expectativa, uma solução e um grande medo.

Fernando do Ó define sua candidatura “sem cor essencialmente política, de caracter essencialmente popular”. Justificando sua inserção como um imperativo de seu tempo, de

⁴ Tal manifesto foi veiculada no Jornal Diário do Interior em 19 de abril de 1933. Optamos em manter a escrita Original das fontes.



suas amigadas, conclama sua bandeira nos seguintes termos: “E é só pela tolerância - índice de cultura política e religiosa - que se conhece no adversário os mesmos direitos e deveres”.

Inquieta-nos nesse contexto o quanto religião e política mesclam-se nessa busca por espaço social e confundem-se em uma mesma lógica de atuação. Sagrado e profano corporificam um mesmo significado de possibilidades, expectativas e propostas. Aspecto que Fernando do Ó passou a significar como uma possível relação entre Estado, sociedade e seu direito de professar seus credos.

Nesse contexto, segundo Lorena Monteiro (2008), sob o comando do Cardeal Leme do Rio de Janeiro e Amoroso Lima, a Liga Eleitoral Católica surgiu no recorte de 1932-1934 com pretensões de inserir grupos dos católicos na política brasileira. Definindo-se uma instituição suprapartidária, o objetivo era defender os princípios católicos, e a consolidação de tais preceitos dar-se-ia numa espécie de pacto estabelecido com os candidatos que se comprometessem por escrito a defender tais pressupostos.

Assim, a LEC tinha por finalidade:

Despertar os católicos da indiferença em que viviam, em face dos problemas políticos; obter dos partidos e dos candidatos indiferentes ou hesitantes, em matéria de orientação social superior (problemas de família, educação, religião), compromissos formais de votarem com a doutrina social católica, que coincide, felizmente, para nós, com a tradição histórica brasileira e com uma das renovações mais modernas do pensamento universal. (LIMA, 1936, p.11 apud LUSTOSA, 1983, p.18).

Segundo Primolan (2007), a LEC trazia alguns pressupostos que os candidatos deveriam defender e que podem ser resumidos da seguinte maneira:

promulgação da constituição em nome de Deus; defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso; incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios; regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais; liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrarie expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica. (2004, p.03)



A liga Eleitoral de Santa Maria organizou-se em novembro de 1932. O jornal *Diário do Interior* noticia acerca dos bastidores dessa instituição em 19 de novembro de 1932, nos seguintes termos: “Como nos diversos pontos do estado, em Santa Maria, também, a liga eleitoral católica Santa Maria, seção masculina. Na cidade a Junta, é dos srs Dr Valentim Fernandes, presidente, Dr João Appel Lens, 1º secretario, Major Diogenes B. Pinheiro, Dr Protássio Antunes de Oliveira, Consulto Jurídico” (DIARIO DO INTERIOR, 1932). A notícia ainda informa sobre as organizações distritais, e é possível inferir todo o empenho do Bispo Dom Antônio Reis. E indica as pretensões de reuniões a fim de demarcar as qualificações políticas da instituição e de escolhas de propagandas eleitorais.

No contexto de pleito de maio de 1933, as tensões se exaltaram. Em 25 de abril de 1933, o mesmo Jornal publicou o Manifesto da Liga Eleitoral Católica de Santa Maria, nos seguintes termos:

Depois do brilhante movimento pela qualificação eleitoral, que veio por a prova os interesses dos catholicos da diocese de Santa Maria pela constitucionalização do paiz nas bases da justiça e da verdadeira liberdade espiritual, resta agora que, de acordo com o programa da liga apontemos e recomendamos ao leitorado da diocese de Santa Maria, os candidatos cujos nomes devem ser sufragados nas urnas. (REIS, 1933, p.1).

Apesar de fazer algumas ressalvas de não ter realizado uma criteriosa análise sobre programas dos candidatos ao pleito, o Bispo Antônio Reis posiciona-se a favor “do Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano Riograndense” devido “a attitude assumida pelos candidatos em relação aos problemas que na hora presente tanto preocupam os catholicos brasileiros” (REIS, 1933, p.1).

Chama atenção a posição assumida pelo representante religioso ao escrever:

Assim sendo, estamos certos que os frenteunistas verdadeiramente catholicos, pondo acima dos interesses partidários os interesses de Deus e da Pátria somente votarão nos candidatos apresentados pelo Partido Republicano Liberal e o Partido Republicano Riograndense recommendados pela liga. Catholicos da Diocesse de Santa Maria, vamos às URNAS, compactos e disciplinados! Cada um vote de accordo com suas convicções políticas, numa das três chapas apresentadas, tendo em vista acima de tudo o bem da pátria e da religião. Cumpramos acima de tudo nosso dever de brasileiros e catholicos. (REIS, 1933, p.1)

Consideramos que ambos os posicionamentos convergem para questões de nacionalidade e propostas de bem comum e social. Assim, percebemos, conforme Bourdieu (1998), que os agentes atuam ativamente no mundo e constroem suas visões. Logo, ao



considerarmos o campo religioso como esse espaço de jogo e de disputa pela conquista de almas (BORIN, 2010) visualizamos posições claras acerca de ataque e defesa, sendo que a possível laicização do estado brasileiro representou expectativa e perigo ao mesmo tempo, quando as alianças políticas vieram ao jogo do sagrado conforme as posições que cada grupo defendia.

Nessa lógica, temos evidências quanto ao engajamento político de Fernando do Ó. Enfim, diante do até então discutido, percebemos questões pertinentes de disputa e a religião como elemento problematizador de conceitos como estado, republicanismo, laicismo, lei, e as fronteiras entre o público e o privado. É possível inferir que o manifesto acima analisado traz indícios, como destaca Borin (2010), que a cidade de Santa Maria, no início do século XX, não foi somente um pólo ferroviário, mas também palco de conflitos religiosos, envolvendo o clero católico e as demais vertentes religiosas. Um embate de perspectiva de mundo, de alternativa frente aos problemas que os rodeavam. Investigá-los revela-se o propósito de nosso envolvimento.

Bibliografia

ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia/USP, 2008.

_____. A Doutrina Espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acessado em: 10 de maio de 2012.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

_____. A Igreja Católica em Santa Maria: de capela militar à criação da diocese (1797-1910). In: WEBER, Beatriz Teixeira & RIBEIRO, José Iran. (Org.). Nova história de Santa Maria: contribuições recentes. 1ed. Santa Maria: Câmara dos Vereadores de Santa Maria, 2010, v. 1, p. 169-196.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998,



_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos, UNISINOS, 2010.

CORRÊA, Fernando A. R.. **Fernando do Ó: a caminho da luz**. Santa Maria. 2004

DORS, Marines. **Dyonélio Machado (1895-1985): os múltiplos fios da trajetória ambivalente de um intelectual**. São Leopoldo: dissertação apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG de História UFRGS**, nº 13 dezembro de 1995. Pp 21-33

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Difel, 1990.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____. A república e a teleologia histórica do espiritismo. In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido. (Org.). **Espiritismo e Religiões Afro-Brasileiras. História e Ciências Sociais**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 103-117.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da Velha Matriz: religião e política em tempos de ferrovia (1880-1900)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

MIGUEL, Sinuê Neckel. Espiritismo e Política: o Compasso dos Espíritas com a Conjuntura dos Anos 1930-1940 Debates do NER, Porto Alegre-RS, ano 10, nº 15, jan/jun 2009. **Periódico do Núcleo de Estudos da Religião (NER)**, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. pp. 39-70.

_____. A questão política no espiritismo: o sagrado e o profano em tensão. In: Carlos André S. de Moura; Eliane Moura da Silva; Mário R. dos Santos; Paulo Julião da Silva. (Org.). **Religião, Cultura e Política no Brasil: Perspectivas Históricas**. 10ed.Campinas: Coleção Idéias. IFCH - UNICAMP, 2011, v. 2, p. 87-108.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, L. M. Os católicos gaúchos e a construção da ordem política: A liga Eleitoral Católica. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. V. 2, p. 118-148, 2008.

PRIMOLAN, Emilio Donizete. Catolicismo e Política: a participação da Liga Eleitoral Católica nas eleições de 1933. In: **I Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades**, 2007, Maringá. p. 01-15.



SILVA, Fábio Luiz da. **Espiritismo: história e poder (1938-1949)**. Londrina: Eduel, 2005.

_____. **Céu, inferno e purgatório: representações espíritas do além**. Assis. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis- Universidade Estadual Paulista. 2007.

SILVA, Eliane Moura. Fé e Leitura: A Literatura Espírita e O Imaginário Religioso. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL**, 1996. ANAIS. SÃO PAULO. v. 1. p. 12-21. Acessado em: 10 de maio de 2012.

_____. Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania. In: **Rever – Revista de Estudos da Religião**, n.2, pp.1-14, 2004. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf. Acessado em: 10 de maio de 2012.

SILVA, Marcos José Diniz. **Moderno-espiritualismo e espaço público republicano: maçons, espíritas e teosofistas no Ceará**. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2009.

_____. República e ‘Religio social’: maçons, espíritas e teosofistas no espaço público cearense. **Fenix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, ano VII, n. 03 (Uberlândia: set./ out./ nov./ dez. de 2010). Disponível em: www.revistafenix.pro.br

SCHIMDT, Benito. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 13-2, 1997.

_____. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 193-202.

_____. **O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)**. Tese Doutorado em História – Unicamp, Campinas, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p 231-270.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928**. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

Fontes

CONY, Diógenes; DANIEL, Cristovão; SILVA, Alfredo Luis Siva, DE ALMEIDA. Luis Pereira; DE ALMEIDA, Antonio Ribeiro; BRENNER, Almiro; ROLIM, João Ignácio; POGGETI. **Aos Eleitores do Rio Grande do Sul**. Diário do Interior. 19 de abril de 1933. p.1.

Ó, Fernando do Souza do. **Manifesto dô Doutor Fernando do Ó às forças do eleitoraes do Rio Grande do Sul**. Diário do Interior. 1933. p.1.



JUNTA REGIONAL DE SANTA MARIA LIGA ELEITORAL CATÓLICA. **Aviso aos Eleitores.** Diário do Interior. 21 de abril de 1933, p.1

REIS, Antonio. **Manifesto da Liga Eleitoral Católica da Diocese de Santa Maria. Diário do Interior.** 25 de abril de 1933, p.1

Artigo recebido em 27 de Setembro de 2013.

Aprovado em 07 de janeiro de 2014.